

# **GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA**

**Aluna: Maria Farne D'Amoed Custódio**  
**Orientadora: Manoela Roland Gava**

## **Introdução**

O advento de uma nova onda democratizante no continente, instituída como forma de resposta às políticas neoliberais implantadas principalmente após o Consenso de Washington é consequência principalmente da ascensão de novos governos de esquerda, que através da associação de projetos advindos de espaços públicos, dão origem a novos modelos de integração. Todavia, é necessário observar se essa cooptação é apenas uma cessão ou se realmente configura-se em um projeto de política interna dos governos; e também as novas formas de integração fora do âmbito estatal, integrações realizadas a partir de movimentos sociais visando à unificação dos povos.

## **Objetivo**

A finalidade do projeto é identificar as transformações ocorridas no processo de democratização da América Latina, a partir do momento em que o modelo neoliberal e as suas implicações tornaram-se insustentáveis junto à ascensão de governos de cunho esquerdista e das exigências da sociedade civil. E destacar a extrema importância do ânimo associativo dos países do continente, manifestado através dos processos de integração, dos quais serão analisados certos aspectos como: Como será este projeto, se será imposto, qual será a finalidade dele, quem o comporará e em que valores e interesses ele se baseará. Tendo em vista que, não basta que seja uma integração latino-americana ou sul-americana para que corresponda aos interesses populares, mas tudo depende de como será este modelo de integração.

## **Metodologia**

O projeto concebeu-se em duas fases. A primeira foi realizada nos seis meses iniciais da pesquisa, a qual consistiu em concretizar alguns conceitos e classificações em meu processo cognitivo( embasamento teórico), de modo que, fosse possível analisar a importância da democracia na Nova Ordem Mundial sob a perspectiva de uma diversidade de discursos: O discurso hegemônico instrumental, o qual foi inserido na América Latina a partir da 3ª Onda de Democratização, sob a égide de um modelo liberal-democrático. E o discurso inclusivo, caracterizado pela radicalização democrática, com o reconhecimento da emergência de novos atores sociais, a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado e principalmente pelas novas propostas alternativas de integração e resistência, ante às imposições neoliberais.

A passagem do "formalismo" à radicalização democrática através da superação da concepção dicotômica: Sociedade civil (homogênea e virtuosa) e Estado (demonizado); e da mera exigência de "participação" política (democracia representativa) caracterizada em bases elitistas e excludentes, limitada à consulta popular por meio de eleições deslocando a discussão para a questão da qualidade desta participação. Uma participação efetiva (democracia participativa) concebida como compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público e de gestão da coisa pública.

Foi analisado a necessidade de espaços públicos como arena dessa democracia participativa, visto que, estes são os locais onde pode se dar o processo de publicização dos

conflitos, a discussão articulação e negociação ao redor das questões públicas. Estudando as diferenças teóricas sobre espaços públicos estatais e não-estatais, as conceituações de Habermas, Freire, Telles e Dagnino, as suas relações de interferência com a esfera pública e a utilização deste instrumento em casos concretos.

Já a segunda fase, realizada no semestre subsequente, foi feito um exame mais específico, acerca da aplicação desses conceitos, à uma análise empírica de um novo paradigma emergente na atual conjuntura latino-americana. Tendo em vista que, a América Latina passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no decorrer do final do séc. XX e no início do séc. XXI, principalmente após a ascensão de novos governos de esquerda, opositores ao modelo neoliberal vigente.

Mas o ponto precípuo de observação foi o advento do surgimento de novos processos de integração latino americanos comparando-os com os modelos já então existentes, sejam eles, institucionais ou alternativos. Dentro deste contexto também foi analisado o papel dos movimentos sociais e a sua relação com os governos, as disputas energéticas e os novos modelos de desenvolvimento, o comportamento paradoxal de alguns países da região, em que ao mesmo tempo que fomentam um sistema de cooperação, de participação democrática, também adotam atitudes contrárias a este sistema em busca de uma hegemonia regional e a fundamental importância da participação da sociedade civil nas Cúpulas Sociais.

### **Conclusão**

Fundamentalmente, a pesquisa constituiu-se em analisar a emergência de um novo fenômeno de integração regional da América Latina, tendo como principal foco os desafios enfrentados pelos países da região em concretizar projetos de integração alternativos, face à projetos de integração hegemônicos propagadores da política neoliberal, os quais tem lhes submetido a uma catastrófica dependência à “ditadura do capital”. Chegando a ilação, de que estas inovadoras iniciativas são uma das grandes promessas para uma revolução na estrutura latino americana atual, e principalmente uma fonte de expectativas de um povo cansado de sofrer com as conseqüências de um modelo que lhes foi imposto. De um povo que enseja um desenvolvimento sustentável, alicerçado na soberania popular, na democracia participativa e no respeito aos direitos humanos.

### **Referências**

- 1 - ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL. Disponível em: [www.asc-hsa.org/](http://www.asc-hsa.org/).
- 2 - DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto .J; PANFICHI, Aldo. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina.**
- 3 - IBASE, PROJETO DIÁLOGO ENTRE OS POVOS, abril de 2006. **Relatório sobre integração regional na América do Sul.**
- 4 - REBRIP, novembro de 2006. **Cartilha de integração regional.**